ESTADO de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE Ibiam

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO  
DAS METAS FISCAIS

1º Quadrimestre/2019

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
* Despesas com Pessoal
* Restos à Pagar
* Alienação de Ativos

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

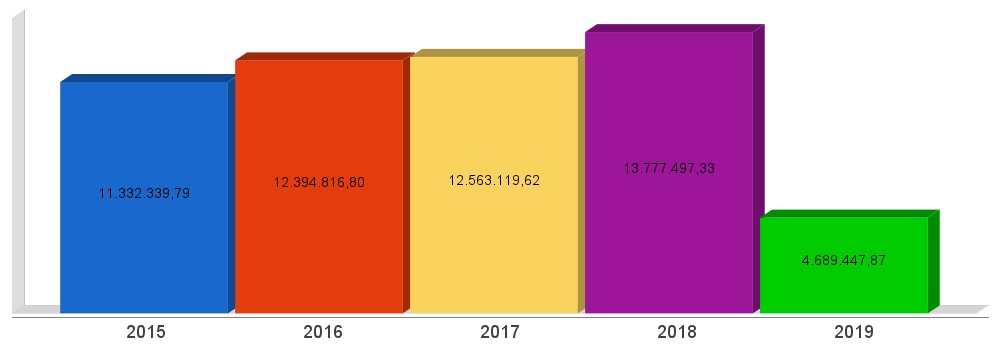
|  |  |
| --- | --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores | |
| **Exercício** | **Valores** |
| 2015 | 11.332.339,79 |
| 2016 | 12.394.816,80 |
| 2017 | 12.563.119,62 |
| 2018 | 13.777.497,33 |

|  |  |
| --- | --- |
| Receita Arrecadada até 1º Quadrimestre/2019 | |
| Receita Orçamentária | 4.689.447,87 |
| Média Mensal | 1.172.361,97 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

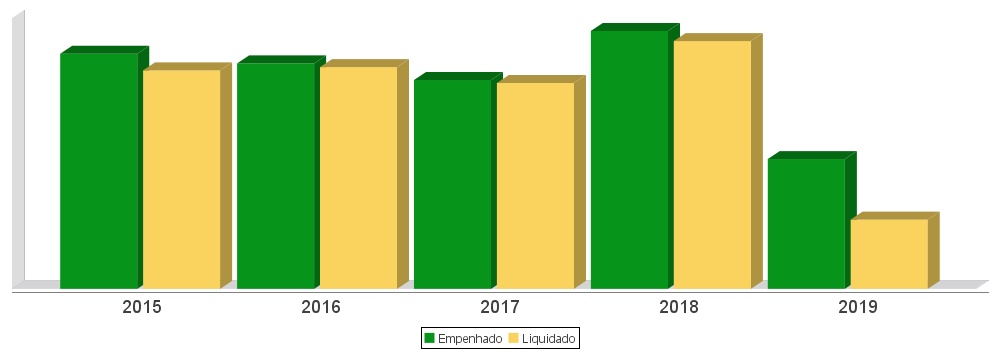
|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores | | |
| **Exercício** | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2015 | 12.140.505,53 | 11.284.681,60 |
| 2016 | 11.643.625,76 | 11.449.849,62 |
| 2017 | 10.784.399,27 | 10.629.908,43 |
| 2018 | 13.319.856,75 | 12.797.593,26 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Despesa até 1º Quadrimestre/2019 | | |
| Despesa Orçamentária | 6.701.438,99 | 3.579.017,80 |
| Média Mensal | 1.675.359,75 | 703.101,88 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

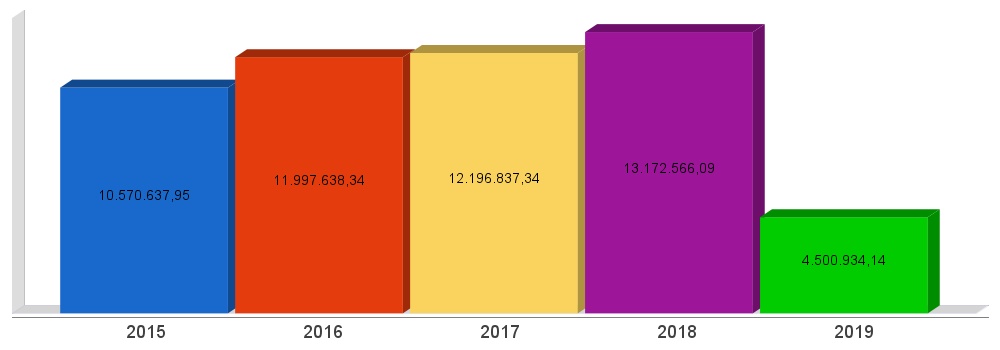
|  |  |
| --- | --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores | |
| **Exercício** | **Valores** |
| 2015 | 10.570.637,95 |
| 2016 | 11.997.638,34 |
| 2017 | 12.196.837,34 |
| 2018 | 13.172.566,09 |

|  |  |
| --- | --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 1º Quadrimestre/2019 | |
| Receita Corrente Líquida | 4.500.934,14 |
| Média Mensal | 1.125.233,54 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |  |
| --- | --- |
| **Receitas Arrecadadas** | |
| **Receitas Correntes (I)** | **4.500.934,14** |
| Receita Tributária | 169.488,45 |
| Receita de Contribuições | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 44.421,37 |
| Receita Agropecuária | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 30.207,07 |
| Transferências Correntes | 5.177.454,00 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -921.341,23 |
| Outras Receitas Correntes | 704,48 |
| **Receitas de Capital (II)** | **188.513,73** |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 2.000,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 186.513,73 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)** | **4.689.447,87** |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |  |
| --- | --- |
| **Despesas Liquidadas Por Função de Governo** | |
| 01 - Legislativa | 227.005,76 |
| 04 - Administração | 678.659,58 |
| 06 - Segurança Pública | 7.022,81 |
| 08 - Assistência Social | 122.932,08 |
| 09 - Previdência Social | 172.771,37 |
| 10 - Saúde | 834.288,21 |
| 12 - Educação | 720.003,69 |
| 13 - Cultura | 33.456,24 |
| 15 - Urbanismo | 94.702,95 |
| 16 - Habitação | 0,00 |
| 17 - Saneamento | 1.442,85 |
| 18 - Gestão Ambiental | 0,00 |
| 20 - Agricultura | 169.717,83 |
| 22 - Indústria | 0,00 |
| 26 - Transporte | 448.831,08 |
| 27 - Desporto e Lazer | 15.271,77 |
| 28 - Encargos Especiais | 52.911,58 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0,00 |
| **Total (IV)** | **3.579.017,80** |

execução orçamentária

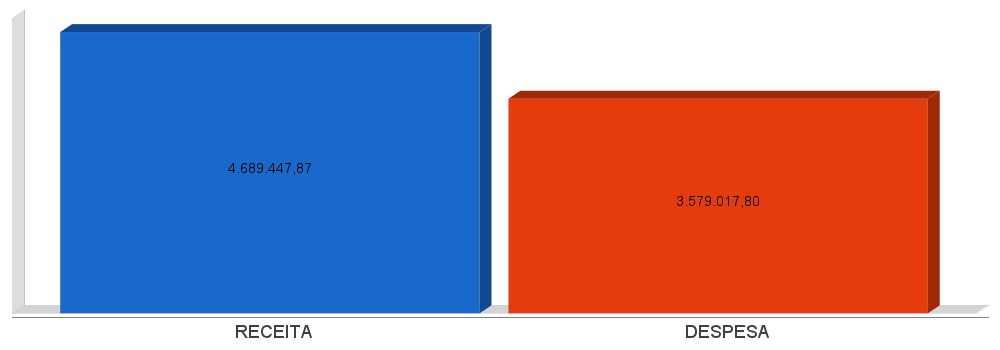
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |  |
| --- | --- |
| Execução Orçamentária e Financeira | |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 4.215.897,84 |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **1.110.430,07** |
| **Superávit (VII) = (V + VI)** | **5.326.327,91** |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

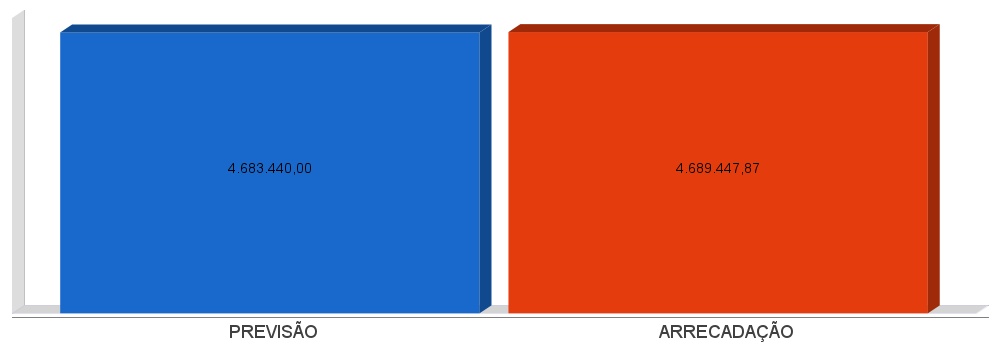
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |  |
| --- | --- |
|  | |
| **Receitas Orçamentárias** | **Previsão** | **Arrecadação** | **Diferença** |
| **Receitas Correntes (I)** | **4.673.440,00** | **4.500.934,14** | **-172.505,86** |
| Receita Tributária | 210.000,00 | 169.488,45 | -40.511,55 |
| Receita de Contribuições | 4.000,00 | 0,00 | -4.000,00 |
| Receita Patrimonial | 71.200,00 | 44.421,37 | -26.778,63 |
| Receita Agropecuária | 2.275,00 | 0,00 | -2.275,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 29.000,00 | 30.207,07 | 1.207,07 |
| Transferências Correntes | 4.330.000,00 | 5.177.454,00 | 847.454,00 |
| (-) Deduções da Receita p/ FUNDEB | 0,00 | -921.341,23 | -921.341,23 |
| Outras Receitas Correntes | 26.965,00 | 704,48 | -26.260,52 |
| **Receitas de Capital (II)** | **10.000,00** | **188.513,73** | **178.513,73** |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 10.000,00 | 186.513,73 | 176.513,73 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)** | **4.683.440,00** | **4.689.447,87** | **6.007,87** |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

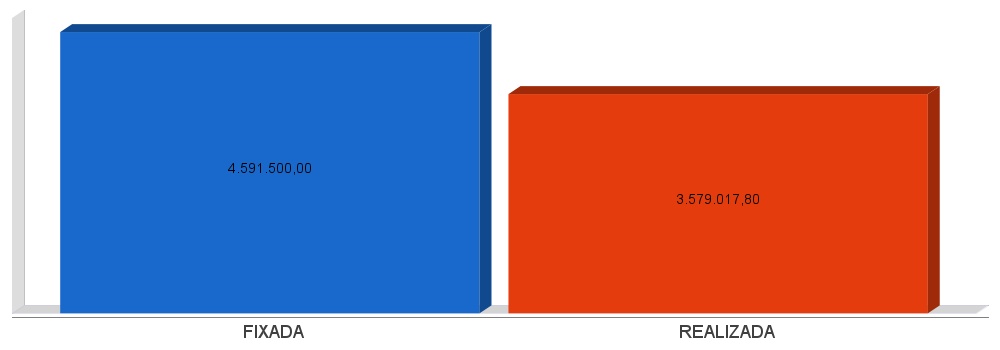
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |  |
| --- | --- |
|  | |
| **Despesas Orçamentárias** | **Fixadas** | **Realizadas** | **Diferença** |
| **Despesas Correntes (I)** | **4.382.000,00** | **3.463.934,76** | **918.065,24** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.350.000,00 | 2.083.737,29 | 266.262,71 |
| Juros e Amortização da Dívida | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| Outras Despesas Correntes | 2.030.000,00 | 1.380.197,47 | 649.802,53 |
| **Despesas de Capital (II)** | **209.500,00** | **115.083,04** | **94.416,96** |
| Investimentos | 205.000,00 | 115.083,04 | 89.916,96 |
| Inversões Financeiras | 2.500,00 | 0,00 | 2.500,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| **Reserva de contingência (III)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Reserva de contingência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (IV) = (I+II+III)** | **4.591.500,00** | **3.579.017,80** | **1.012.482,20** |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

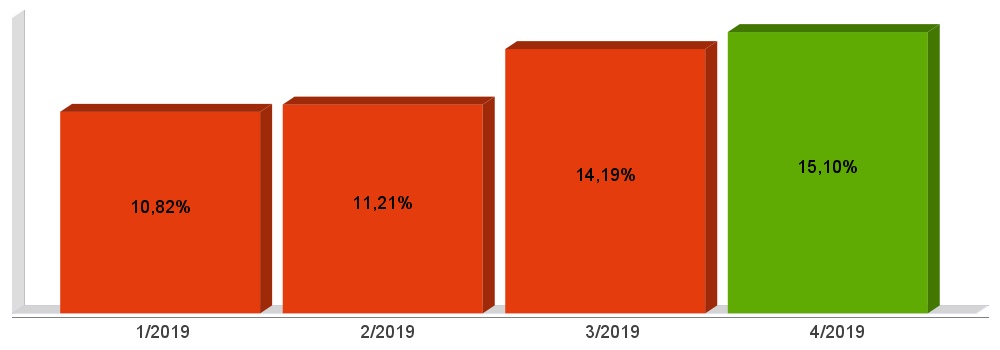
"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)** | **4.755.892,25** |
| **Despesas por função/subfunção (II)** | **818.656,91** |
| **Deduções (III)** | **100.650,73** |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)** | **718.006,18** |
| **Mínimo a ser aplicado** | **713.383,81** |
| **Aplicado à maior** | **4.622,37** |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100** | **15,10** |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

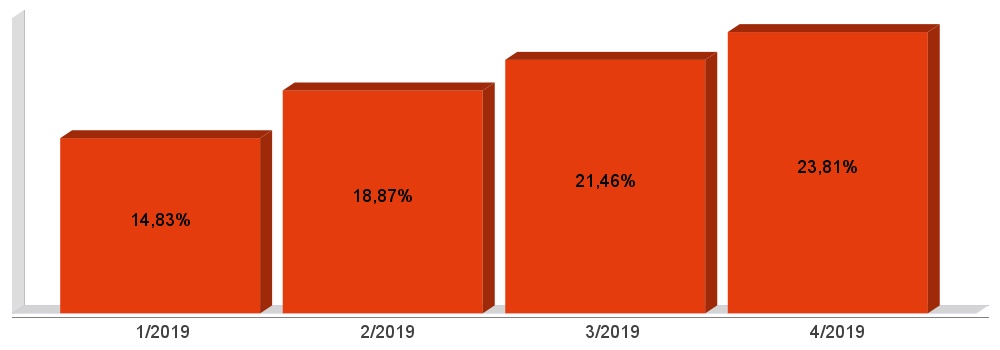
LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)** | **4.755.892,25** |
| **Despesas por função/subfunção (II)** | **684.904,20** |
| **Deduções (III)** | **127.163,86** |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)** | **-574.631,41** |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)** | **1.274.117,38** |
| **Mínimo a ser aplicado** | **1.188.973,00** |
| **Aplicado à Menor** | **-56.601,25** |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100** | **23,81** |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

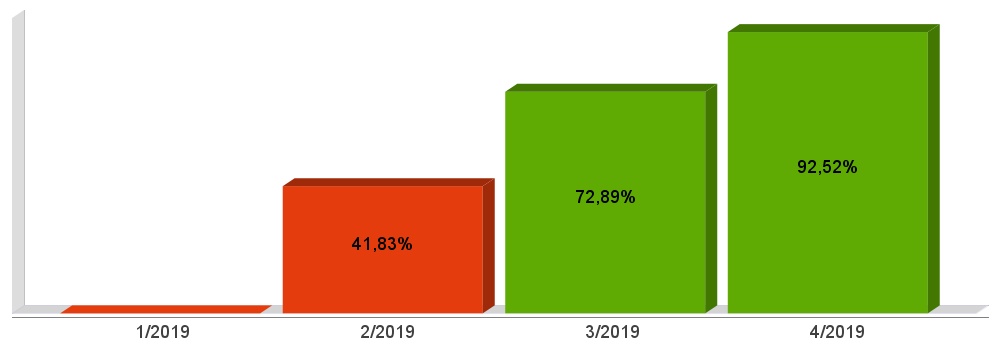
ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)** | **347.891,80** |
| **Despesas (II)** | **321.870,63** |
| **Mínimo a ser Aplicado** | **208.735,08** |
| **Aplicado à Maior** | **113.135,55** |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100** | **92,52** |

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

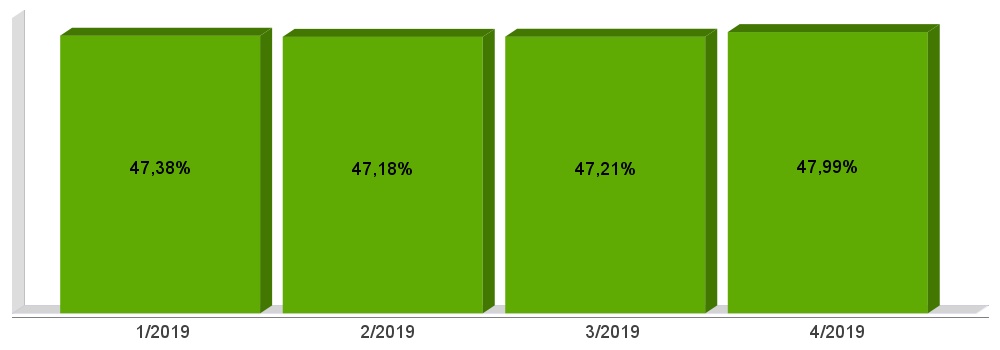
Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)** | **13.459.555,83** |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)** | **6.459.904,27** |
| **Limite Prudencial - 51,30%** | **6.904.752,14** |
| **Limite Máximo - 54,00%** | **7.268.160,15** |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100** | **47,99** |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

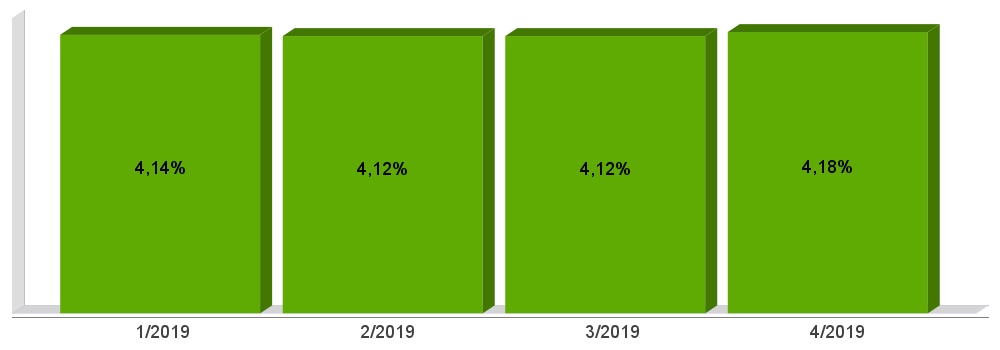
Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)** | **13.459.555,83** |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)** | **562.533,26** |
| **Limite Prudencial - 5,70%** | **767.194,68** |
| **Limite Máximo - 6,00%** | **807.573,35** |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100** | **4,18** |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

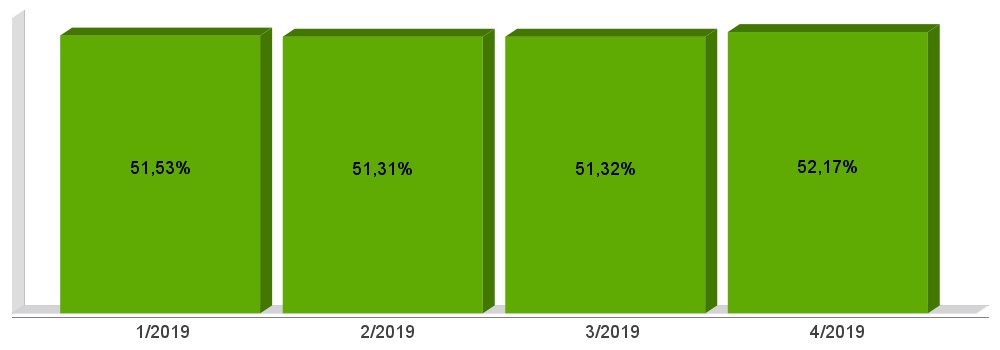
Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)** | **13.459.555,83** |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)** | **7.022.437,53** |
| **Limite Prudencial - 57,00%** | **7.671.946,82** |
| **Limite Máximo - 60,00%** | **8.075.733,50** |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100** | **52,17** |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

LRF, Art. 55. O relatório conterá:

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade Gestora:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM | **Valores** |
| **Restos A Pagar Não Processados (I)** | **63.423,83** |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 294.748,06 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 9.314,73 |
| (-) Cancelamentos | 7.586,29 |
| Restos a Pagar a Liquidar | 58.234,47 |
| Restos a Pagar em Liquidação | 0,00 |
| Restos a Pagar Liquidado a Pagar | 5.189,36 |
| (-) Restos a Pagar Pagos | 233.052,67 |
| **Restos Processados (II)** | **18.694,31** |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 97.257,92 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 1.667,90 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar | 18.694,31 |
| (-) Restos Pagos | 80.231,51 |
| **Saldo a Pagar (I+II)** | **82.118,14** |

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade Gestora:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM | **Valores** |
| **Restos A Pagar Não Processados (I)** | **210.804,80** |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 226.926,43 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 63,82 |
| Restos a Pagar a Liquidar | 210.804,80 |
| Restos a Pagar em Liquidação | 0,00 |
| Restos a Pagar Liquidado a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Pagos | 16.057,81 |
| **Restos Processados (II)** | **15.595,20** |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 15.777,80 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar | 15.595,20 |
| (-) Restos Pagos | 182,60 |
| **Saldo a Pagar (I+II)** | **226.400,00** |

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade Gestora:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM | **Valores** |
| **Restos A Pagar Não Processados (I)** | **0,00** |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 589,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar a Liquidar | 0,00 |
| Restos a Pagar em Liquidação | 0,00 |
| Restos a Pagar Liquidado a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Pagos | 589,00 |
| **Restos Processados (II)** | **0,00** |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 0,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos Pagos | 0,00 |
| **Saldo a Pagar (I+II)** | **0,00** |